



## **Agricultura Capitalista: ameaças a agroecologia e a vida humana** *Capitalist Agriculture: threats to agroecology and human life*

BARROS, Ilena Felipe

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ilenafb@hotmail.com

### **Eixo temático: Terra, Território, Ancestralidade e Justiças ambientais**

**Resumo:** O objetivo desse artigo é analisar a expansão do capital no campo, através do agronegócio, identificando as ameaças a agroecologia e a vida da humanidade. A metodologia é baseada na pesquisa qualitativa, e faz um estudo teórico, a partir da revisão de literatura de autores clássicos e contemporâneos na área da questão agrária brasileira. Nas últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação. No caso específico da agricultura, o capital financeiro tem controlado a produção; a comercialização dos produtos agrícolas; uso intensivo de agroquímicos; intensa mecanização; produção de monocultura para *commodities*, associando-se a grande propriedade fundiária. Esse processo provoca a pauperização de grandes contingentes de camponeses sem terra. Só a produção numa perspectiva agroecológica, associada a um conjunto de políticas sociais e estruturantes, poderá resgatar a dignidade da vida no campo.

**Palavras chaves:** agronegócio; monocultura; agrotóxico.

**Keywords:** agribusiness; monoculture; agrochemical.

### **Introdução**

As transformações ocorridas nas últimas décadas nas formas de reprodução e acumulação do capital inauguraram um novo ciclo do desenvolvimento capitalista, caracterizado pela mundialização da esfera financeira. A mundialização da economia está amparada nos grupos e empresas transnacionais, de capital industrial associada ao capital financeiro que comandam a acumulação, com apoio estatal. Nessa nova ordem mundial, altera-se o processo produtivo, criando novas relações de trabalho e acentuando as desigualdades sociais, produzidas pelo sistema capitalista. Esse período caracteriza-se pela acumulação flexível, para alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de super exploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e os efeitos de barbarização da vida social. (BEHRING, 2003, p. 40)

No campo assiste-se à inserção desse capital financeiro, através do agronegócio que tem como prioridade a monocultura de grãos, cana-de-açúcar, fruticultura, pecuária, eucaliptos, soja, milho, laranja, algodão e etanol. Estes produtos estão relacionados com a nova inserção do Brasil na acumulação do capital globalizado.

### **Metodologia**



O artigo faz parte das reflexões oriundas da tese de doutoramento realizada sobre a questão agrária brasileira, especialmente sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário na área canavieira de Pernambuco. O presente trabalho é parte dessas análises e está ancorado na pesquisa qualitativa. A apreensão do real, em uma perspectiva de totalidade, não se coloca imediatamente de modo pronto e acabado, mas se constrói, através da pesquisa científica.

Na acepção de Minayo (1994, p. 21-22), a pesquisa qualitativa, “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Dessa forma, é um estudo teórico, a partir da revisão de literatura de autores clássicos e contemporâneos na área da questão agrária brasileira.

## **Resultados e Discussão**

O latifúndio tem sido um dos principais mecanismos de reprodução do capital na agricultura, especialmente a partir da implantação da modernização conservadora, conduzindo o processo de acumulação e consagrando a profunda injustiça social e a violência desse padrão de desenvolvimento rural. A terra funciona como reserva de valor, eis aqui seu caráter capitalista de acumulação de riqueza. Ou serve para gerar renda no mercado financeiro especulativo ou serve como reserva patrimonial. Aqui o capital se desenvolve sem necessariamente, se apropriar da produção agrícola, a terra é a mercadoria. “A propriedade fundiária adquire assim sua forma puramente econômica” (Marx, 2008, p. 827).

Na concepção de Delgado (2010, p.93), o agronegócio “[...] é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”. Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio da política de Estado, ou seja, conta com a mediação do estado.

A hegemonia do agronegócio sustenta-se no modelo agro-exportador de *commodities*, em larga escala e com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, não permitindo outra forma de produção agrícola. São complexos agroindustriais com grandes investimentos em tecnologia e mecanização; formas de gestão e controle da força de trabalho assalariada; e ainda, um aparato midiático que dissemina as ideias necessárias para convencer que esse é o único modelo viável de produção de alimentos.

Nessa nova configuração do campo há a articulação dos interesses das oligarquias latifundiárias tradicionais, com empresas transnacionais, instituições estatais financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



(BNDES), e instituições científicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com as grandes corporações industriais-financeiras como Monsanto, Cargill, Bunge & Born, Syngenta, entre outras.

De acordo com Fernandes (2013, p.191-192), o agronegócio é “[...] a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar”. Esse modelo de desenvolvimento na agricultura dificulta a realização da reforma agrária demandada pelos movimentos de luta pela reforma agrária.

Na perspectiva capitalista, a reforma agrária é concebida como uma política pública para pobre, para doar um pedaço de chão para sem terra, como benesse do governo, que ajuda os pobres, para depois integrá-lo ao capital e torná-lo moderno e competitivo. Essa lógica admite que o agronegócio seja a maior e mais bem sucedida mudança que se operou no desenvolvimento rural brasileiro, afirmando ser a única via possível para agricultura. Claro que essa concepção de desenvolvimento rural não incorporará os camponeses e agricultores familiares ao capitalismo. Pelo contrário, parte deles continuará como camponeses médios e pobres e a maior parte será expropriada e desterritorializada. Eles não se encontram fora da dinâmica de reprodução do capital, isso faz parte do processo de desenvolvimento das relações capitalistas no campo.

Somado a isso, tem a violência no campo, que é segundo Marx (2008), inerente ao processo de acumulação originária do capital, tendo como núcleo central a questão da propriedade privada da terra. Essa violência tem sido uma estratégia dos grandes proprietários de terras e grupos econômicos para desmobilizar os movimentos sociais rurais, intimidar os grupos envolvidos nos conflitos agrários, manter o projeto de modernização conservadora, a expansão do agronegócio e a apropriação do capital ao campo.

A consequência mais cruel desse processo é a concentração da terra e dos recursos naturais, provocando pobreza e precarização das condições materiais da vida das famílias no campo. Além disso, mantém a estrutura fundiária desigual e a falta de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento da pequena e média produção rural. Essas relações capitalistas econômicas, sociais, políticas e culturais reproduzem o poder do latifúndio, concentrando riqueza e terra.

Esse processo coloca em perigo o direito humano à alimentação, que se constitui condição básica, garantida por cada país e inalienável para cada ser humano no planeta. Com as fusões das empresas capitalistas, a agricultura do planeta foi atingida reunindo empresas de diferentes ramos da produção. Empresas que fabricam remédios, agrotóxicos, passando por adubos químicos e sementes, se unificaram em grandes conglomerados. São em torno de dez empresas que controlam a produção de alimentos e grãos no mundo: Du Pont (Norte-americana), a Monsanto (que comprou a Cargill, a Phamarcia, Upjohn, etc), a Novartis (Suíça que comprou a Ciba Geigy, a sandoz, a Sygent); a Adventis (Francesa, que comprou a



Rhone-Poulec, a Hoechst, etc.) o grupo Limagrain, (Francês) a Bayer e Basf (alemães) e Agribiotech (Norte-americana), a Dow Chemical (Norte-americana), Astra Zeneca (Britânica).

Com relação aos pobres rurais, a FAO registra que dos 6,7 bilhões de seres humanos que habitam a terra, pouco menos da metade vive no campo. Estes não têm o suficiente para se alimentar com dignidade, não dispõem de água potável, nem de eletricidade, os serviços públicos de saúde, educação, saneamento, higiene sanitária, entre outros, quase inexistem em áreas rurais de todos os países, especialmente dos países do Sul. E ainda, 90% dos camponeses dos países do Sul têm apenas a enxada, a foice e o machete, como instrumentos de trabalho para produzir na terra. “Dos 1,2 bilhões de seres humanos que, segundo critérios do Banco Mundial, vivem em extrema pobreza (ou seja, com uma renda diária inferior a U\$ 1,25 dólar), 75% vivem no campo”. (ZIEGLER, 2013, p. 39)

Centenas de famílias camponesas espalhadas pelo mundo vivem em condições muito precárias de sobrevivência e a produção de subsistência é insuficiente para ter dignidade de vida e segurança alimentar. Muitos trabalhadores rurais são migrantes, arrendatários, meeiros, posseiros, assalariados sazonais, sem terra, submetidos à superexploração e ao trabalho análogo a escravidão pelos proprietários de terras e latifundiários, em fazendas de agronegócio. As estatísticas da FAO estimam, ainda, que há cerca de 500 milhões de trabalhadores rurais sem terra no mundo e afirma “estes são os mais pobres, entre os pobres da terra”. E ainda, 500 milhões de agricultores do Sul não têm acesso a sementes selecionadas e insumos minerais e 25% das colheitas mundiais são destruídas pelas intempéries da natureza. (ZIEGLER, 2013, p. 39)

Esses dados evidenciam que a política dos grandes oligopólios e seu investimento em agronegócio aumenta o domínio sobre os países pobres pelas transnacionais, além do controle sobre a biodiversidade e a biotecnologia, inviabilizando a reforma agrária e a agricultura familiar e camponesa. E ainda, provoca a desigualdade social, o êxodo rural e a fome.

Diante desse processo, nas últimas décadas, as lutas por terra, trabalho e justiça no campo têm sido desqualificadas, alvos da criminalização e judicialização, penalizando os trabalhadores rurais, suas lideranças e movimentos. Do ponto de vista capitalista, a reforma agrária é uma política pública de ajuda aos pobres do campo, que ao acessarem a terra deveriam se integrar aos sistemas agroindustriais capitalistas, como fornecedores de matéria-prima.

## **Conclusões**

A luta pela reforma agrária no Brasil atinge as diversas categorias de trabalhadores rurais (sem terra, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros, assalariados, pequenos produtores rurais, etc) e seus movimentos; que enfrentam os obstáculos e



estratégias contrárias a sua realização por parte de grandes empresas nacionais, transnacionais e latifundiários. As transformações ocorridas na agricultura brasileira têm sido basilar para o desenvolvimento dessas lutas.

De acordo com Leite e Ávila (2007, p. 13), a reforma agrária configura não apenas uma política de distribuição fundiária (da terra), mas uma política geral envolvendo o acesso a recursos naturais (terra, água, etc), ao financiamento da produção agrícola, à tecnologia, ao mercado, ao trabalho, à moradia, às políticas sociais.

Somente a realização de uma reforma agrária massiva que democratize a propriedade da terra e uma produção agroecológica poderão superar o modelo capitalista na agricultura e resgatar a soberania alimentar e a cultura tradicional dos povos originários. Ela inclui, não só uma agricultura saudável e sustentável; mas também o cuidado e a defesa da vida; numa perspectiva de bem-viver e emancipação humana. A alternativa é continuar a caminhada até a conquista da terra e como canta o poeta: “[...] penso que cumprir a vida seja simplesmente, compreender a marcha e ir tocando em frente [...]”

## Referências Bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

DEGADO, Guilherme da Costa. A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil. IN: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. IN: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

LEITE, Sérgio P. e ÁVILA, Rodrigo V. **Um Futuro para o Campo: Reforma Agrária e Desenvolvimento Social**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 3, vol 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em Massa – Geopolítica da Fome**. Tradução de José Paulo Netto. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2013.